

# Conceito do governo reduz déficit

O conceito operacional do Fundo Monetário Internacional indica que o déficit público brasileiro, este ano, será da ordem de Cz\$ 87,2 bilhões, ou 2,5% do Produto Interno Bruto. Mas, na ótica do governo, o déficit ficará reduzido a dez bilhões de cruzados, ou 0,6% do PIB, calculado em três trilhões e meio de cruzados.

A questão da conceituação do déficit está no "Livro Branco do Déficit Brasileiro", divulgado ontem pela Secretaria do Planejamento da Presidência da República. Independente dos dois conceitos citados anteriormente, a Seplan confessa que não está apta a calcular o déficit em função do Plano Cruzado.

O conceito de déficit de caixa das autoridades monetárias utilizado no Brasil durante algum tempo diverge das chamadas necessi-

dades de financiamento do setor público, não apenas por uma questão metodológica de mensuração, mas por seu conceito distinto. As autoridades monetárias omitem as parcelas de financiamento do setor público pelo setor externo e pelo resto do sistema bancário, bem como pelos fornecedores e empreiteiros.

As necessidades de financiamento do setor público, este ano, alcançarão 4,3% do PIB. Do lado das despesas de governo, o que pesa mais são os juros da dívida, representando 3,6% do PIB e 25% das despesas totais.

A grande representatividade desse item se deve, principalmente, à magnitude da dívida pública interna. O item mais importante é "pessoal e encargos sociais", com 21% da despesa total. Seguem-se despesas líquidas com produtos

agropecuários (7%), transferência para a Sest — ou, as empresas que dão prejuízo — (7%), vindo depois "outras despesas", formado por dispêndios com investimentos, serviços de terceiros e material de consumo.

O documento explica que o aumento na participação das despesas totais no PIB é explicado pelo crescimento, acima da taxa estimada para o PIB, das transferências para Estados e Municípios. Já a receita tributária federal eleva sua participação no PIB de 8,7% para 9,1%. Apresentam decréscimo real o imposto de renda, o imposto de exportação e o imposto sobre combustíveis líquidos e gasosos. Aumentam em arrecadação o Finsocial, o imposto de importação, IPI, IOF e o imposto de transporte.